Ata Nº 26/2026, Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Cultura de Várzea Grande.

Data 27/10/2026. Horário 14:00. Local Centro Cultural Orla da Alameda. Presidente da mesa: Mayhara Patrícia Silva Correa.

Aos vinte e sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, reuniram-se os representantes da Superintendência de Cultura, os membros do Conselho Municipal de Cultura, agentes culturais e demais participantes presentes, para tratar de assuntos relacionados ao Turismo Religioso, Diversidade e Patrimônio Cultural, Sistema Municipal de Cultura, Mapeamento, Carteira do Artesão e Cultura Criativa, Minuta de Lei para encaminhamento à Procuradoria, Situação atual Edital PNCV, Edital PNCV de Premiação, Edital PNAB com oito contempladas e Saldo da PNAB. A Superintendente Lu Arruda iniciou dando as boas-vindas e comunicando a indicação da Professora Laurença Auxiliadora Vieira de Matos para assumir a função de secretária do Conselho, considerando sua experiência anterior na área cultural, sua proximidade com as atividades desenvolvidas e seu conhecimento dos procedimentos administrativos, documentais e jurídicos relacionados ao setor. A indicação visa contribuir para a continuidade dos trabalhos e para a melhoria da organização das informações e das atas do Conselho. De posse da palavra a Presidenta do Conselho Srª. Mayara relatou sobre a necessidade da organização administrativa e à necessidade de dar continuidade aos procedimentos em andamento na gestão pública, considerando as dificuldades decorrentes do período de entrega dos processos que ainda dependem de análise, regularização e encaminhamento pelos setores competentes. Também foi ressaltada a importância de definir com maior clareza as atribuições dos setores envolvidos na gestão pública, evitando sobreposição de responsabilidades, falhas de comunicação e dificuldades na condução dos processos administrativos. A Superintendente trouxe para discussão a necessidade de iniciar as providências relacionadas ao processo eleitoral e à continuidade dos instrumentos de gestão cultural, considerando o prazo mencionado durante a reunião, até trinta e um de janeiro do ano de dois mil e vinte e sete, para os encaminhamentos relativos à organização do Conselho. Foi destacada a importância de não interromper os trabalhos e de iniciar antecipadamente as discussões necessárias à elaboração dos instrumentos e procedimentos, mesmo que algumas etapas dependam de posterior aprovação ou regularização jurídica. Também foi mencionada a necessidade de avançar na discussão do Plano Municipal de Cultura, considerando que o município já dispõe de Conselho e Fundo Municipal de Cultura, sendo necessário dar continuidade à elaboração e organização do planejamento municipal. Posteriormente, foi discutida a vinculação administrativa da Banda Municipal, considerando a necessidade de adequação à legislação e às atribuições dos setores municipais. Foi apontado que a Banda Municipal ainda consta vinculada à Secretaria Municipal de Administração, embora suas atividades estejam diretamente relacionadas à área cultural, razão pela qual foi defendida a necessidade de adequação de sua vinculação à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Foi ressaltado que essa definição é importante para esclarecer as responsabilidades administrativas, funcionais e financeiras, inclusive quanto aos procedimentos de credenciamento e pagamento dos profissionais. Durante a discussão, foram apresentadas preocupações quanto à valorização dos integrantes da Banda Municipal, considerando que os profissionais desenvolvem atividades de representação cultural do município e, por vezes, são convocados para apresentações e eventos sem que haja clareza sobre suas atribuições e condições de trabalho. Também foi manifestada preocupação com a utilização da Banda em atividades que não correspondem necessariamente à sua finalidade institucional, ressaltando-se a necessidade de estabelecer critérios e definir as responsabilidades de cada setor. A Presidenta apresentou questionamentos quanto aos Termos de Fomentos que já se encontram executando suas atividades, especialmente diante da existência de compromissos assumidos e da expectativa de recebimento dos valores correspondentes. Ainda sobre os agentes

contemplados em edital, foi relatado que alguns profissionais já assinaram documentos e iniciaram a execução dos serviços, mantendo compromissos com outras pessoas e despesas decorrentes das atividades realizadas. Os participantes demonstraram preocupação com a falta de uma definição objetiva sobre a efetivação dos pagamentos, solicitando esclarecimentos quanto à possibilidade de recebimento dos valores referentes aos meses anteriores, inclusive desde agosto. Foi ressaltada a importância de que os profissionais recebam uma resposta clara sobre a continuidade dos pagamentos, evitando que permaneçam trabalhando sem segurança quanto ao cumprimento dos compromissos assumidos. A Superintendente informou que levaria a situação aos setores responsáveis para obter um posicionamento sobre a possibilidade de pagamento e os procedimentos necessários, de modo que os envolvidos pudessem ser devidamente orientados. Na sequência, a Superintendente apresentou a discussão referente ao Turismo Religioso, à diversidade religiosa e ao patrimônio cultural do município. Foi relatada a análise de uma proposta relacionada à política municipal de turismo religioso, a partir de disposições previstas em instrumento normativo que estabelece diretrizes para o tema. Durante a apresentação, foi explicado que o turismo religioso envolve deslocamentos motivados pela fé, peregrinações, cumprimento de promessas, agradecimentos por graças alcançadas e participação em celebrações e manifestações religiosas. Nesse contexto, foi ressaltado que Várzea Grande possui diversas manifestações religiosas e festas tradicionais realizadas há décadas por comunidades e famílias, as quais movimentam pessoas, fortalecem vínculos comunitários e representam parte importante da identidade cultural do município. Foi levantada a preocupação de que a proposta inicialmente apresentada contemplava referências às tradições católica e evangélica, sem abranger adequadamente as demais expressões religiosas existentes no município. Destacou-se que o reconhecimento das manifestações religiosas deve respeitar a diversidade de crenças e tradições, incluindo as religiões de matriz africana, os terreiros e outras comunidades religiosas. Foi ressaltado que não seria adequado estabelecer critérios de reconhecimento sem ouvir previamente os representantes das diferentes manifestações religiosas, especialmente considerando a diversidade cultural e religiosa de Várzea Grande. Durante a discussão, foram mencionadas festas tradicionais realizadas há muitos anos, algumas com mais de seis décadas de existência, organizadas por famílias e comunidades a partir de promessas e manifestações de fé. Foi questionado quais critérios deverão ser considerados para que essas celebrações sejam reconhecidas pelo município e possam integrar calendários oficiais, políticas públicas de valorização cultural e iniciativas de turismo religioso. Também foi ressaltada a necessidade de identificar as festas, suas origens, seus responsáveis, seu tempo de realização e sua importância para as comunidades. Como encaminhamento, foi proposta a realização de uma audiência pública para ouvir as comunidades religiosas, entidades, representantes culturais e demais interessados, possibilitando uma discussão ampla e democrática sobre o reconhecimento das manifestações religiosas e culturais tradicionais. Após essa escuta, foi sugerida a constituição de um grupo de trabalho com representantes do poder público, do Conselho Municipal de Cultura, do setor de patrimônio e das comunidades envolvidas, com a finalidade de identificar, registrar e catalogar as manifestações existentes no município. Também foi ressaltada a importância de realizar registros fotográficos e documentais das festas, espaços e demais referências culturais, de modo a subsidiar futuras ações de reconhecimento, valorização e preservação. Ainda no contexto do patrimônio cultural, foi discutida a importância de preservar edificações históricas, igrejas, espaços de memória e outros bens que possuem relevância para a identidade do município. Foi apresentado o exemplo da Igreja de Bonsucesso, cuja história está diretamente relacionada à tradição dos pescadores e à realização da Festa de São Pedro, manifestação que possui reconhecimento e participação de pessoas de diferentes localidades. Durante a discussão, foram relatadas preocupações quanto à preservação das características originais de edificação, considerando a necessidade de acompanhamento técnico de intervenções, reformas e eventuais alterações estruturais. Foi ressaltado que determinadas modificações precisam observar os procedimentos de autorização e orientação dos profissionais

responsáveis, de modo a evitar prejuízos à originalidade e às características históricas do imóvel. Também foi mencionada a importância de reunir registros fotográficos, documentos e informações sobre a construção e as transformações ocorridas ao longo do tempo. Foi destacada a possibilidade de participação do Conselho Municipal de Cultura no acompanhamento dessas questões, contribuindo para a preservação do patrimônio e para a identificação de outros espaços que também necessitam de atenção. Em seguida, a Superintendente apresentou a proposta de implantação e organização do Sistema Municipal de Cultura, ressaltando que sua estruturação deverá contemplar não apenas as entidades formalmente reconhecidas, mas todos os agentes, grupos, coletivos, artistas, escritores, artesãos, espaços culturais, manifestações tradicionais e demais pessoas que desenvolvem atividades culturais no município. Foi explicado que o objetivo é construir um instrumento de mapeamento capaz de identificar onde a cultura acontece, quais atividades são realizadas, quem são os responsáveis, quais são as necessidades existentes e quais oportunidades podem ser desenvolvidas a partir dessas informações. Foi informado que já existe um levantamento relacionado à identificação de escritores do município, elaborado com a participação de estagiários da UNIVAG, a partir de atividades desenvolvidas na Biblioteca Pública Laurinda Coelho Pereira. A iniciativa surgiu da necessidade de identificar os escritores locais e organizar informações sobre suas produções. A partir dessa experiência, foi apresentada a possibilidade de ampliar o levantamento para outras áreas culturais, reunindo dados sobre trajetórias, atividades, localização, registros fotográficos, vídeos e demais informações relevantes. A intenção é que essas informações possam ser disponibilizadas em uma plataforma digital ou site de fácil acesso, com navegação simples, dinâmica e atrativa, permitindo que a população conheça a produção cultural existente em Várzea Grande. Em posse da palavra o sr. Wanderson salientou que o mapeamento municipal deverá ser desenvolvido considerando as ferramentas e plataformas já existentes, evitando a criação de estruturas desnecessárias ou a duplicação de cadastros. Foram mencionadas plataformas de abrangência nacional utilizadas pelo Ministério da Cultura para o cadastramento de agentes, espaços e iniciativas culturais, entre elas o Mapa da Cultura. Os participantes ressaltaram a importância de conhecer essas ferramentas, verificar as possibilidades de adesão e integração com os sistemas municipais e estaduais e aproveitar as informações já disponíveis. Em contribuição foi destacada a necessidade de estudar a viabilidade técnica e administrativa da implantação de uma plataforma própria ou da utilização de sistemas existentes, buscando garantir que o acesso às informações seja facilitado e que o município consiga identificar e divulgar sua diversidade cultural. Foi ressaltado que o mapeamento não deverá se restringir aos Pontos de Cultura cadastrados nos sistemas nacionais, pois existem diversas iniciativas comunitárias, espaços independentes, manifestações tradicionais e atividades culturais que também precisam ser identificadas. Nesse sentido, foi mencionada a importância de reconhecer as bibliotecas comunitárias como espaços de promoção da leitura, formação e acesso à cultura, inclusive nas regiões periféricas. Em posse da palavra a Superintendente apresentou, a possibilidade de fortalecer essas iniciativas por meio de parcerias, doações de livros e projetos voltados à ampliação do acesso à leitura, sendo mencionada a articulação com o projeto Vagalume, voltado ao fortalecimento das bibliotecas. Também foram apresentadas preocupações relacionadas à continuidade de práticas tradicionais, especialmente no que se refere ao artesanato e à produção de redes em Limpo Grande. Foi relatado que as artesãs têm manifestado preocupação com a diminuição do interesse das jovens pela atividade de fazer redes, apesar da disposição das profissionais mais experientes em transmitir seus conhecimentos. Foi ressaltada a necessidade de desenvolver ações de formação e valorização dessas práticas, possibilitando que as novas gerações tenham acesso ao aprendizado e que os conhecimentos tradicionais sejam preservados. Destacou-se que o mapeamento cultural poderá contribuir para identificar essas iniciativas, reconhecer seus responsáveis e viabilizar a busca por recursos e políticas públicas de incentivo. Durante a discussão, também foi apresentado o exemplo de outros municípios que utilizam plataformas digitais para divulgar sua programação cultural, identificar atividades realizadas em praças e espaços

públicos e dar visibilidade aos artistas e trabalhadores da cultura. Foi mencionada a possibilidade de desenvolver iniciativas semelhantes em Várzea Grande, promovendo atividades culturais em praças e bairros, com apresentações, rodas de conversa, música, dança e ações de valorização da história dos espaços públicos. Nesse contexto, foi apresentada a ideia de desenvolver projetos que permitam à população conhecer a origem dos nomes das praças e os acontecimentos históricos relacionados a esses locais, associando o resgate da memória à realização de atividades culturais. Foi ressaltada a importância de aproximar a programação cultural das comunidades e aproveitar os espaços públicos existentes para ampliar a participação popular. Ainda sobre o Sistema Municipal de Cultura, foi discutida a necessidade de elaborar uma proposta de legislação específica, observando as diretrizes do Sistema Nacional de Cultura e a legislação vigente. A Superintendente esclareceu que a construção da minuta deverá contar com a participação dos agentes culturais e dos conselheiros, considerando que são os próprios fazedores de cultura que conhecem as necessidades e dificuldades enfrentadas em suas atividades. Foi proposta a constituição de uma comissão de contribuições para reunir sugestões e subsidiar a elaboração da proposta legislativa. Ficou esclarecido que a participação não deverá ficar restrita aos integrantes da comissão, podendo ser estabelecido um canal para que outros agentes culturais e interessados também apresentem suas contribuições. A Superintendência ficará responsável por organizar e sistematizar as sugestões recebidas e elaborar uma minuta, que posteriormente deverá ser analisada conjuntamente pelos envolvidos, observando-se a viabilidade jurídica e administrativa de cada proposta. Durante essa discussão, foi levantada a questão sobre a diferença entre os cadastros nacionais e o mapeamento municipal, sendo ressaltada a necessidade de compreender quais informações já estão disponíveis nas plataformas existentes e como poderão ser utilizadas pelo município. Os participantes também destacaram a importância de estabelecer critérios adequados para identificar os agentes culturais, evitando que pessoas sem atuação efetiva na cultura local sejam confundidas com profissionais que desenvolvem atividades contínuas e mantêm tradições no município. Foi ponderado que o reconhecimento deve considerar a trajetória, a atuação, a participação comunitária e a contribuição cultural de cada agente, sem criar barreiras desnecessárias à participação. A discussão ressaltou que o objetivo do mapeamento é dar visibilidade tanto às iniciativas já consolidadas quanto àquelas que ainda não possuem reconhecimento institucional, garantindo maior democratização do acesso às políticas públicas. Na sequência, foi abordada a situação dos artesãos que enfrentam dificuldades para realizar o cadastramento nacional e obter a carteira de identificação profissional. Foi relatado que algumas pessoas desenvolvem atividades artesanais há muitos anos e são reconhecidas por suas comunidades como artesãs, mas encontram dificuldades para atender aos critérios exigidos nos procedimentos oficiais de cadastramento. Foi ressaltado que essa situação pode gerar frustração e impedir a participação dessas pessoas em feiras, eventos e oportunidades de comercialização. Também foi mencionado que dificuldades semelhantes foram identificadas em atividades e eventos realizados em parceria com outros municípios. Diante disso, foi discutida a possibilidade de o município estudar mecanismos de reconhecimento e identificação dos artesãos locais, inclusive por meio de uma carteira municipal, observando a legislação aplicável e buscando diálogo com o Estado para avançar na solução da questão. Os participantes ressaltaram a importância de valorizar a identidade profissional e cultural dos artesãos, ampliar as oportunidades de participação e promover capacitações relacionadas à elaboração de projetos, formalização de empreendimentos, comercialização e formação de preços dos produtos. Também foi ressaltada a necessidade de promover cursos e capacitações voltados aos agentes culturais, por meio de parcerias entre o município, o Estado e o governo federal. Foi mencionada a importância de oferecer orientações práticas sobre organização de projetos, comercialização de produtos, formação de preços, participação em editais, formalização de instituições e desenvolvimento de atividades culturais. Foi destacado que essas capacitações podem contribuir para fortalecer as iniciativas locais e ampliar a autonomia dos agentes culturais, especialmente daqueles que desenvolvem atividades

comunitárias e tradicionais. Quanto a situação do Edital PNCV, Edital PNCV de Premiação, Edital PNAB com oito contempladas e Saldo da PNAB foram apresentados informes sobre a execução dos editais de fomento e premiação cultural. A Superintendente informou a existência de um montante aproximado de R$ 1.261.302,00 relacionado a recursos e instrumentos a serem executados, envolvendo 38 termos de execução cultural, conforme os dados apresentados durante a reunião. Foi esclarecido que alguns procedimentos já avançaram para as etapas de liquidação e pagamento, enquanto outros ainda dependem de análise documental, retificações e encaminhamentos administrativos. Em relação ao Edital nº 003, foram apresentados esclarecimentos sobre os contemplados e os procedimentos de pagamento. Foi mencionada a existência de oito beneficiários adicionais, conforme autorização do Conselho e resolução citada durante a reunião, bem como a continuidade dos procedimentos de liquidação e pagamento junto à gestão fazendária. Quanto ao Edital nº 005, referente aos Pontos de Cultura, foi explicado que o instrumento passou por diversas retificações e adequações administrativas, especialmente em razão da necessidade de compatibilizar sua execução com a resolução aprovada pelo Conselho Municipal de Cultura. Foi mencionada a Resolução nº 007, de vinte e três de julho do ano de dois mil e vinte e seis, que fundamentou os encaminhamentos relativos à ampliação e adequação das contemplações. A Superintendente esclareceu que, após os ajustes e a obtenção de crédito adicional, foi possível adequar o edital para contemplar seis Pontos de Cultura. Foi informado que cada contemplado receberá R$ 90.000,00, totalizando R$ 540.000,00. Também foi esclarecido que as pastas e os documentos estão em fase de finalização para encaminhamento aos setores responsáveis, seguindo posteriormente os procedimentos de empenho, formalização, liquidação e pagamento. A Superintendente agradeceu o apoio recebido durante a análise e adequação dos procedimentos, destacando a colaboração dos envolvidos para que fosse possível chegar à configuração atual do edital. Foi solicitado aos contemplados que tenham compreensão e paciência quanto aos prazos necessários para a conclusão dos trâmites administrativos. Em relação ao Edital nº 006, referente à Premiação Cultural, foi informado que o instrumento prevê oito premiações, distribuídas entre coletivos culturais representados por uma pessoa física e entidade cultural constituída juridicamente via CNPJ, conforme apresentado durante a reunião. A Superintendente esclareceu que o procedimento ainda se encontra em fase de análise e que poderá ser necessária a publicação de retificações e prorrogações, conforme o andamento das etapas de habilitação e recurso. Foi explicado que os procedimentos avançaram de maneira acelerada nos últimos dias, especialmente em razão da análise dos documentos apresentados pelos participantes. Também foi ressaltado que os editais estabelecem prazos mínimos para envio e análise da documentação de habilitação, devendo ser observados os períodos previstos para apresentação de documentos e interposição de recursos. Foi esclarecido que, quando não há candidatos habilitados em determinada etapa, a legislação e o marco regulatório aplicável permitem a adoção dos procedimentos correspondentes para continuidade da seleção, respeitando-se as regras estabelecidas no instrumento convocatório. A Superintendente informou que os encaminhamentos continuarão sendo acompanhados em conjunto com os setores administrativos e jurídicos. Também foi discutida a realização da assinatura dos termos de compromisso dos contemplados, especialmente quanto à possibilidade de convocação presencial. A Superintendente manifestou preferência pela assinatura presencial, considerando a oportunidade de conhecer os agentes culturais, registrar fotograficamente o momento e organizar a documentação necessária para fins de controle e prestação de contas, inclusive diante das exigências de acompanhamento dos resultados pelos órgãos de fiscalização. Entretanto, foi esclarecido que a assinatura poderá observar a disponibilidade dos contemplados e os procedimentos legalmente admitidos. A data e o horário deverão ser definidos posteriormente, em diálogo com os envolvidos, buscando não prejudicar os compromissos já assumidos pelos agentes culturais. No que se refere ao edital destinado a Mestres e Mestras da Cultura, foi informado que sua execução ficará para o próximo ano, considerando as limitações de prazo e a necessidade de cumprir os procedimentos

administrativos e financeiros dentro do exercício atual. Foi explicado que existem prazos para empenho e execução dos recursos, além de outros compromissos administrativos já assumidos, o que impossibilita a conclusão do procedimento no período atual. A Superintendente ressaltou que o assunto deverá ser retomado no planejamento do próximo exercício. Na sequência, foi apresentada a situação de um saldo remanescente de R$ 45.448,90, vinculado ao recurso identificado durante a reunião como VR 131, relacionado à aquisição de equipamentos e materiais. A Superintendente informou que, diante do prazo disponível e da impossibilidade de estruturar outra ação de fomento cultural em tempo hábil, gostaria de submeter ao Conselho a possibilidade de utilização desse recurso em melhorias e aquisição de equipamentos para a Biblioteca Pública Laurinda Coelho Pereira e em ações de fortalecimento das bibliotecas comunitárias. Foi relatada a situação estrutural da Biblioteca Laurinda Coelho Pereira, destacando-se a necessidade de melhorias, especialmente em razão das condições dos equipamentos de climatização, sendo informado que três aparelhos de ar-condicionado não estão funcionando adequadamente. Foi proposta a aquisição de novos aparelhos, além de fantoches, tatames e brinquedos pedagógicos para utilização nas atividades desenvolvidas com crianças. Também foi apresentada a possibilidade de organizar melhor o espaço infantil da biblioteca Nhazinha, tornando-o mais atrativo e adequado às atividades de leitura, aprendizagem e contação de histórias. A Superintendente explicou que os equipamentos atualmente utilizados, quando ainda estiverem em condições de funcionamento, poderão ser destinados às bibliotecas comunitárias e a outras iniciativas culturais, ampliando o alcance do investimento público. Foi mencionada, ainda, a possibilidade de disponibilizar materiais para atividades itinerantes de leitura, incluindo caixas de livros e materiais pedagógicos que possam ser utilizados em praças, entidades e outros espaços comunitários. Também foi destacada a importância de fortalecer as bibliotecas comunitárias, permitindo que crianças e adolescentes tenham acesso à leitura, à aprendizagem e às atividades culturais em seus próprios territórios. Durante a apresentação, foi esclarecido que a proposta não se limita à aquisição de equipamentos para a biblioteca municipal, mas busca promover a utilização dos recursos em benefício de diferentes espaços e iniciativas culturais, observando a finalidade do recurso e os procedimentos administrativos necessários. Após os esclarecimentos, a Superintendente consultou os conselheiros sobre a utilização do saldo remanescente para as finalidades apresentadas. Os participantes manifestaram concordância com a proposta, registrando-se manifestação favorável à destinação apresentada, devendo sua execução observar a adequação da despesa à finalidade do recurso e os procedimentos legais e administrativos pertinentes. Posteriormente, foram apresentados informes sobre a programação cultural prevista para o período, com destaque para a Semana da Cultura. A Superintendente convidou os agentes culturais, grupos, coletivos e entidades presentes a participarem da programação, especialmente por meio da realização de oficinas, apresentações e atividades nos espaços culturais municipais. Foi mencionada a possibilidade de disponibilização de apoio logístico e transporte, conforme a necessidade e a disponibilidade da estrutura municipal. Também foi ressaltada a importância de que os interessados apresentem previamente suas propostas, permitindo a organização de um cronograma e a divulgação adequada das atividades. Foi apresentada a proposta de realização de atividades durante diferentes dias da Semana da Cultura, incluindo oficinas pela manhã, à tarde e em períodos noturnos, além de apresentações artísticas e ações de valorização dos fazedores de cultura. A Superintendente informou que gostaria de desenvolver uma programação mais ampla, com atividades distribuídas em diferentes espaços, mas reconheceu as limitações financeiras e estruturais existentes para a realização do evento no formato inicialmente idealizado. Foi ressaltada a intenção de fortalecer o planejamento para os próximos anos, buscando recursos e condições adequadas para ampliar a programação. Também foi apresentado convite para a realização de atividades no dia 5, envolvendo a participação do Comitê de Cultura e da Secretaria responsável pelo desenvolvimento econômico, com abordagem sobre formalização de empreendedores, economia criativa e organização de iniciativas culturais. Também que o Comitê de Cultura

havia encaminhado a confirmação de sua participação, permanecendo pendente a articulação com os demais setores envolvidos. A atividade foi mencionada como uma oportunidade de orientar os agentes culturais sobre formalização, participação em políticas públicas e possibilidades de desenvolvimento de seus empreendimentos. Foram mencionadas, ainda, atividades envolvendo grupos de capoeira, apresentações musicais e outras manifestações artísticas, com possibilidade de participação dos agentes culturais ao longo da programação. A Superintendente destacou que os interessados poderão apresentar propostas de oficinas e atrações, para que seja possível organizar a agenda e promover a divulgação das atividades. Também foi ressaltada a importância de ampliar a comunicação com as entidades e os grupos, evitando convites realizados com pouca antecedência, uma vez que os participantes precisam organizar seus compromissos e disponibilidades. Ao final da apresentação da programação, foi reforçado o convite para participação na Festa da Rapadura, prevista para os dias 7 e 8, em Bonsucesso, bem como nas atividades e exposições previstas para o período, incluindo a exposição de carros antigos e a participação de instituições. Os participantes destacaram a importância de receber as informações com antecedência, possibilitando a organização e a mobilização dos grupos e das comunidades. Na parte final da reunião, foram discutidas dificuldades enfrentadas por algumas entidades em relação aos procedimentos administrativos e financeiros necessários ao recebimento dos recursos dos editais. Foi mencionada a existência de situações envolvendo isenções, abertura de contas bancárias e encaminhamentos junto às instituições financeiras, que acabam ocasionando atrasos na execução dos instrumentos. Foi esclarecido que determinados procedimentos dependem diretamente dos órgãos estaduais e dos setores financeiros responsáveis, não sendo atribuição exclusiva da Superintendência realizar a abertura das contas ou autorizar pagamentos. Foi explicado que, em determinadas situações, o Estado é responsável pela abertura das contas específicas para recebimento dos recursos, cabendo aos municípios encaminhar as informações e documentos necessários conforme os fluxos estabelecidos. Também foram relatadas experiências anteriores em que houve articulação com instituições bancárias para facilitar os procedimentos, buscando reduzir as dificuldades enfrentadas pelas entidades contempladas. Os participantes ressaltaram a importância de encontrar alternativas para evitar que os prazos administrativos comprometam a execução dos projetos e a utilização dos recursos públicos. A Superintendente esclareceu que os processos de pagamento precisam seguir o fluxo administrativo estabelecido, passando pelos setores responsáveis, pela autorização da Secretaria e pelo encaminhamento à área fazendária, que possui seus próprios procedimentos e prazos de processamento. Foi reconhecido que esse fluxo pode ocasionar atrasos, especialmente em períodos de fechamento financeiro e encerramento do exercício. Também foi ressaltada a importância de orientar os agentes culturais e as instituições contempladas sobre as etapas necessárias, os documentos exigidos e as responsabilidades de cada órgão, buscando reduzir dúvidas e dificuldades durante a execução dos projetos. Ao longo da reunião, ficou evidenciada a necessidade de dar continuidade à regularização administrativa do Conselho Municipal de Cultura, avançar nas discussões relativas à eleição e à elaboração do Plano Municipal de Cultura, acompanhar os procedimentos jurídicos pendentes e estabelecer maior clareza quanto às responsabilidades administrativas relacionadas à Banda Municipal e aos pagamentos de seus profissionais. Também foram apontadas a necessidade de realização de audiência pública sobre turismo religioso e diversidade das manifestações religiosas, a formação de grupo de trabalho para identificação e catalogação das festas tradicionais e dos bens culturais, a continuidade dos estudos para implantação do Sistema Municipal de Cultura, a elaboração de proposta legislativa com participação dos agentes culturais e a ampliação do mapeamento cultural municipal, considerando as plataformas já existentes. Ficou igualmente ressaltada a importância de desenvolver ações de reconhecimento e valorização dos artesãos, ampliar as capacitações e fortalecer as bibliotecas comunitárias, além de acompanhar os procedimentos administrativos e financeiros dos editais em andamento, organizar a assinatura dos termos de compromisso, conferir os valores e

quantitativos dos contemplados e dar continuidade à programação cultural prevista para o período. Quanto ao saldo remanescente apresentado, foi registrada a concordância dos conselheiros com a proposta de utilização dos recursos para melhorias na Biblioteca Laurinda Coelho Pereira e fortalecimento das bibliotecas comunitárias, observadas as exigências legais e administrativas. Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada, ficando registrados os temas discutidos, as manifestações dos participantes e os encaminhamentos apresentados para continuidade dos trabalhos do Conselho Municipal de Cultura e da Superintendência de Cultura. Para constar, foi lavrada a presente ata, que, após leitura e aprovação, será assinada pelos responsáveis e pelos participantes, conforme lista de presença assinada e em anexo por todos presentes.

Fonte: Disponível em:<https://cdn-amm.diariomunicipal.org/edicoes/2026/11/16/edicao-5116-16-11-2026-2b643556-bd7a-4104-bfc9-02c41e0d19f9.pdf>. Páginas 1381 a 1385.